

PPR deve expulsar João Alves hoje

■ Executiva Nacional examinará proposta da Comissão de Ética com base em provas

Luiz Antonio — 22/10/93

BRASÍLIA — A cúpula do PPR está disposta a se livrar hoje do peso de ter em seus quadros o principal implicado no escândalo do Orçamento. A Executiva Nacional do partido reúne-se às 16h para votar a expulsão do deputado João Alves (PPR-BA), que será proposta pela Comissão de Ética. A iniciativa de expulsar Alves antes mesmo da conclusão dos trabalhos da CPI do Orçamento partiu dos representantes do PPR na Comissão, deputados Fernando Freire (RN) e Pedro Pavão (SP), e contou com o apoio do presidente do partido, senador Esperidião Amin (SC). A defesa de Alves está sustentada nas premiações de loteria — ele ganhou 410 vezes.

Mas nem tamanha sorte foi suficiente para convencer o PPR da origem dos US\$ 32 milhões creditados nas contas bancárias de Alves nos últimos cinco anos, segundo levantamento da própria CPI. Alves nega ter dado dinheiro ao economista José Carlos Alves dos Santos, sustentando que os recursos do ex-assessor do Senado foram obtidos especialmente através de propinas das empreiteiras beneficiadas no esquema de Orçamento. Mas o relatório da Comissão de Ética do PPR apresentará à Executiva do partido cópias de dois cheques de



As provas contra João Alves foram recolhidas entre o material acumulado pela CPI nos últimos 40 dias

Alves a José Carlos. No dia 21 de fevereiro de 1991, Alves depositou na conta de José Carlos um cheque da agência da Caixa Econômica Federal no Congresso no valor equivalente a US\$ 22.467 e, no dia 7 de março foram mais US\$ 32.150.

Para propor a expulsão de Alves, a Comissão de Ética buscou subsídios nas provas documentais levantadas contra o deputado nas

subcomissões que tratam da movimentação bancária, do patrimônio, das subvenções sociais e das emendas ao Orçamento e empreiteiras beneficiadas com as obras. Um dos caciques do PPR diz que há provas contra Alves em todas as subcomissões.

Não foi por acaso que os municípios baianos identificados como suas principais bases eleitorais foram privilegiados na liberação de

verbas orçamentária. Também não é à toa que João Alves é um homem de US\$ 6,5 milhões — é este o valor de seu patrimônio líquido declarado ao fisco este ano, embora sobreviva apenas do salário de parlamentar, que soma cerca de US\$ 70 mil anuais. Isto sem contar que nos últimos 12 meses, o deputado que passou duas décadas na Comissão de Orçamento ficou US\$ 3,5 milhões mais rico.